RESUMO
Este estudo apresenta um olhar para a inclusão a fim de contribuir para as investigações e aprofundamentos reflexivos a cerca do trabalho pedagógico comprometido com a socialização e interação de todas as crianças, explanando a seguinte indagação: A atuação pedagógica se faz relevante frente ao processo de socialização do aluno autista na Educação Infantil? Com o objetivo de compreender a relevância da atuação docente em relação à socialização do aluno autista na Educação Infantil, destacando os objetivos específicos que seguem: descrever as teorias que embasam a importância da inclusão do aluno autista para o seu aprendizado e socialização; compreender como se dá processo de socialização e aprendizagem do aluno autista na educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Autismo; Aprendizado.

ABSTRACT
This study presents a look at inclusion in order to contribute to investigations and reflective deepening about the pedagogical work committed to the socialization and interaction of all children, explaining the following question: Is pedagogical performance relevant to the socialization process of autistic students in Early Childhood Education? In order to understand the relevance of the teaching performance in relation to the socialization of the autistic student in Early Childhood Education, highlighting the specific objectives that follow: describe the theories that support the importance of the inclusion of the autistic student for their learning and socialization; understand how the socialization and learning process of autistic students occurs in Early Childhood Education.

KEY-WORDS: Inclusion; Autism; Learning.

INTRODUÇÃO

Cada dia mais o autismo e outras deficiências são temas de estudos e pesquisas em educação nas escolas, pois, essa realidade se torna cada vez mais presente na vida dos educadores.

O interesse por tal temática justifica-se através de matérias e debates em sala de aula sobre o tema de inclusão, despertando a necessidade de pesquisar mais sobre o assunto, com o intuito de aprofundar o estudo sobre o transtorno do espectro autista e seu processo de socialização na Educação Infantil.

Este estudo apresenta um olhar para a inclusão a fim de contribuir para as investigações e aprofundamentos reflexivos a cerca do trabalho pedagógico comprometido com a socialização e interação de todas as crianças, explanando a seguinte indagação: A atuação pedagógica se faz relevante frente ao processo de socialização do aluno autista na Educação Infantil?

Com o objetivo de compreender a relevância da atuação docente em relação à socialização do aluno autista na Educação Infantil, destacando os objetivos específicos que seguem: descrever as teorias que embasam a importância da inclusão do aluno autista para o seu aprendizado e socialização; compreender como se dá processo de socialização e aprendizagem do aluno autista na educação Infantil e por fim ressaltar a proposta pedagógica que auxilia na socialização e aprendizagem do autista.

Esta pesquisa fundamenta-se numa abordagem bibliográfica e qualitativa, buscando conhecer a realidade social, realizada por etapas, através da revisão da literatura existente sobre o tema e assuntos abordados e pesquisa de livros em bibliotecas, sites e revistas, como também trabalhos e artigos acadêmicos que corroborem com a discussão.

Pautando-se em uma revisão da literatura existente, o presente estudo apresenta como fonte teórica de investigação científica autores condizentes com a temática apresentada, dentre os quais se destacam: Schopler (1993), Mantoan (2005), Bosa (2006), Jannuzzi (2004) e Mazzota (1996).

Buscou-se a lei de Diretrizes e bases da edu-

cação nacional (LDBEN 9394/96, BRASIL, 1996) que objetiva a educação de pessoas com deficiência deve oferecida preferencialmente na rede regular, sendo um dever do estado e da família promovê-la, pode-se assegurar legalmente a inclusão das crianças autistas, deste modo, o artigo 59 desta lei garante que o sistema de ensino assegure o atendimento como: métodos, técnicas, recursos educativos organização específicos para atender as suas necessidades.

Com aporte teórico, o primeiro capítulo traz uma análise das leis e pareceres que regem a educação especial e asseguram o atendimento específico e que atenda às necessidades das crianças, com um enfoque histórico de como essas leias foram beneficiando famílias e crianças durante os anos até os dias atuais.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As políticas públicas para as pessoas portadores de deficiência iniciaram no Brasil com o Governo Médici entre 1969 e 1974, com a prioridade no atendimento a essas pessoas e a criação do CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) que, juntamente com o MEC ofereciam formação para os professores e parcerias com universidades para uma expansão na qualidade da Educação Especial. (JANNUZZI, 2004)

Essa época foi de importantes conquistas para a Educação Especial, a legislação garantiu as diretrizes e criou setores para que houvesse um atendimento de qualidade e efetivo para as crianças especiais.

A partir do final dos anos 1960, e do modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar e também no campo da reabilitação. (FERREIRA, 2006, p. 87).

Com as definições do Conselho Federal e Estadual de Educação, foram criados setores de ensino especial que, asseguravam atendimento aos alunos especiais, bem como em áreas de reabilitação. Essas reformas educacionais foram essenciais para todas as conquistas posteriores para a educação especial.

De acordo com Sassaki (2002), o movimento de integração social, com início na década de 70, passou a ser a discussão quando havia uma tentativa de inserir os deficientes na sociedade. A literatura relacionada ao tema demonstra que a prática de integração foi maior a partir da década de 80, com o surgimento da luta pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Nos anos 90 a política educacional inclusiva teve mais força com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1997) que, tornou a inclusão um direito do aluno e dever da sociedade e do governo; um dos princípios norteadores da Declaração diz que: "Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras." (BRASIL, 1997) Tornando a escola, um espaço de pluralidade, que atenda as demandas sociais com eficiência.

A Declaração de Salamanca ainda observa que:

> [...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (BRASIL, 1997, p.8-9)

Ressaltando os dizeres da Declaração de Salamanca, pode-se assegurar permanência dos alunos com necessidades especiais na escola regular a fim de garantir uma educação inclusiva, não discriminatória e de qualidade para todos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), criada no final dos anos 90, cons-

titui o direito de todos á educação, sendo o dever do Estado e da família promovê-la, conforme destaca o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, o citado artigo conduz a educação para todos, sem exceção e com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Os principais documentos legais, relacionados aos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Declaração de Salamanca (1994) abordam diversas peculiaridades que asseguram a educação inclusiva.
Muitas resoluções e pareceres ainda foram criados para assegurar a matrícula e manutenção da educação especial, dentre elas a Resolução CNE/CBE nº 2/2001 determina:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas se organizarem para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, MEC/SEESP, 2001)

Além de assegurar a permanência e qualidade, a Resolução CNE/CBE nº 2/2001 acrescenta ainda que, os sistemas de ensino devem propiciar recursos humanos, materiais e recursos financeiros a fim de viabilizar o processo de construção da Educação Inclusiva.
Amparada pela LDB 9394/96, a educação inclusiva aos poucos foi se tronando presente no ensino regular:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Com a inserção dos alunos especiais nas escolas regulares, houve a necessidade de capacitar os professores que não se sentiam aptos para lidar com as novas dificuldades apresentadas pelos alunos e com as peculiaridades de cada deficiência; precisavam-se buscar meios para se chegar até esses alunos, proporcionar ambientes para que eles se comunicassem e se integrassem ao grupo.
Neste contexto, a educação especial e o processo de inclusão escolar no Brasil não têm merecido a necessária atenção de todos aqueles que estão envolvidos com ela, principalmente em relação a sua legislação. Mazzota (2010) evidencia:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (MAZZOTA, 2010, p. 9).

As políticas públicas para a educação inclusiva começaram a ter força, porém, alguns entraves ainda são visíveis atualmente, a acessibilidade, permanência e qualidade na educação inclusiva são principais fatores que esbarram em uma educação especial que contemple as necessidades e potencialidades dos alunos.
Pode-se dizer que a acessibilidade é o maior obstáculo para se conseguir acesso a uma educação de qualidade, uma vez que, se o aluno não consegue chegar até onde está sendo oferecido o ensino, ele não participa de todos os momentos de aprendizagem.
A Lei de diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) assegura regras e direito de igualdade de acesso para todos com base na Declaração dos direitos humanos, as normas para a educação especial incluem regras para a inclusão e respeito às diferentes dificuldades e necessidades. No segundo inciso do artigo 58:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializa-

dos, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Diante da LDB, observa-se a necessidade de a escola ter os devidos suportes para receber os alunos com qualquer tipo de necessidade especial, uma vez que a acessibilidade e adaptação da escola seja ponto inicial para o acesso da criança especial na escola, intensificaram as exigências para que se estimule a participação das pessoas com necessidades especiais na escola comum, ficando evidente a necessidade de ruptura com o sistema que segregava os alunos.
Os atendimentos em classes comuns passam a exigir da escola uma nova visão e posicionamento diante da inclusão, muitos são os desafios frente à essa nova realidade, levando as instituições de ensino repensarem seus projetos políticos pedagógicos, seus espaços e modos de ensino.

ESCOLA DIANTE DA INCLUSÃO

Procurando demonstrar o importante papel do processo educativo na socialização do aluno, a escola se torna local de reflexão e discussão sobre a diversidade, inclusão e integração de todos; a construção de uma educação de qualidade incide pela discussão de um currículo que atenda às necessidades e faça valer as leis e diretrizes que regem a educação inclusiva. Mantoan (2005) aponta:

(...) uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, onde promove a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. Definimos um ensino de qualidade a partir de critérios de trabalho pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento. (Mantoam, 2005, p 62)

Segundo Ferreira (2006) "a década de 1990 trouxe um novo conjunto amplo de reformas estruturais e educacionais, inspiradas e encaminhadas por organismos internacionais e caracterizadas pelo discurso da Educação para Todos." (FERREIRA, 2006, p.91).
Diante da declaração de Salamanca, da LDB, e dos pareceres e as normas que regulamentam e embasam a educação inclusiva, observa-se como são colocadas em práticas dentro das instituições escolares, como são feitos os atendimentos às necessidades dessas crianças com a adaptação de espaços e acessibilidade para que esses alunos consigam chegar até as escolas.

Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino. (BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº2, 2001).

No artigo 208, inciso IV, da Constituição Federal o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente deve ser ofertado na rede regular de ensino, esse artigo se refere aos instrumentos que julgam necessários a eliminar as barreiras que as pessoas com deficiências teriam ao procurar matrícula na rede regular de ensino. (BRASIL, 1998).
O currículo escolar necessita ser adaptado e discutido, a fim de ser eficaz no ensino dos alunos com necessidades especiais, respeitando suas especificidades e atendendo suas peculiaridades, tornando a escola verdadeiramente inclusiva. O Estado, em suas leis, assegura a construção de um currículo que contemple as necessidades educacionais especiais:

Os direitos de estabelecimentos escolares devem ser convidados a procedimentos mais flexíveis de gestão e remanejar os recursos pedagógicos, devem criar as opções educativas, estabelecer relações com os pais e a comunidade. (BRASIL 2001, p.18)

Diante da proposta inclusiva da escola, devem-se estar estabelecidas organizações e adaptações curriculares organizadas no PPP

da escola, abrangendo também a participação de pais e de toda comunidade escolar, a fim de atender à todos. Essas adaptações também passam pelo currículo, envolvendo o professor e todos os recursos dispostos para que a inclusão aconteça.
Estando estritamente ligadas ao currículo, as práticas pedagógicas perpassam pela diversidade, portanto, pensar na formação continuada do professor também é papel de toda comunidade escolar. O MEC ressalta a importância de adequação do currículo à diversidade apresentada pelos alunos:

A reflexão sobre o currículo está instalada nos diversos âmbitos educacionais inclusive nas escolas. Durante as últimas décadas, o currículo tem sido central nos debates da academia, da teoria pedagógica, da formação docente e pedagógica, principalmente neste período de ampliação da duração do ensino fundamental de 9 anos. Seria possível um diálogo que inclui a diversidade entre a teoria acumulada e as propostas e práticas de reorientação curricular? Educar na diversidade pressupõe a adoção de um modelo de currículo na escola que facilite adaptações e flexibilizações para o aprender e ensinar de todos os alunos e alunas em sua diversidade. (BRASIL, 2006)

Nota-se que, a necessidade de flexibilizar o currículo, necessita de um novo olhar para a educação como um todo, para que ela seja eficiente e consiga desenvolver seu papel na vida do aluno; as práticas pedagógicas precisam ser repensadas e reelaboradas de acordo com as situações atuais de cada realidade educacional.
Os documentos oficiais preveem em seus artigos a seguridade do currículo adaptado, o MEC prevê as adaptações curriculares como medidas pedagógicas que devem ser tomadas em vários âmbitos como, dentro da sala de aula, em seus projetos pedagógicos e em todas as atividades programadas pela escola. Em seu artigo 8º, as diretrizes que definem a organização das classes comum corroboram sobre as adaptações curriculares em:

Inciso III: flexibilizações e adaptações curriculares que consideremos conteúdos básicos e instrumentais dos conteúdos básicos, metodologia de ensino e didáticos recursos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. (BRASIL, 2001, b)

Não há como deixar de pensar como o currículo é um desafio para a educação inclusiva, uma vez que ele demanda modificações, revisões de seu conteúdo e um olhar sensível para as práticas, priorizando o processo de aprendizagem do aluno. Ainda caminhamos à passos lentos para um a educação de qualidade no Brasil, e se tratando de educação inclusiva temos menos ainda à oferecer.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (BRASIL, 2006, p. 1)
Observa-se como o processo educativo enfrente dificuldades em todos os níveis, sendo ainda mais complexo redefinir as práticas para a educação inclusiva de verdade, que atenda todos os alunos com qualidade e eficiência.
Até aqui se pode perceber que todo processo educativo e formação do currículo, necessita do apoio do professor, porém essa mudança de visão e de paradigmas necessita ser viabilizado pelo poder público quando se trata de verbas e investimentos na educação como um todo. A formação dos professores está estritamente ligada a qualidade de atendimento e educação inclusiva, portanto mais um processo de investimento público, uma vez que essas formações devem ser pautadas nas leis e diretrizes que regem a inclusão.

MUDANÇAS PEDAGÓGICAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Com a inclusão do aluno que aprende em um tempo flexibilizado e de formas variadas, a percepção cultural da homogeneidade da sala de aula está em modificação. Com

essa ruptura, a estrutura da escola e a organização para favorecer as interações entre professores, alunos e demais atores desse cenário, passaram a ser repensadas, já que seus espaços e tempos mostraram-se incapazes para dar conta desses alunos.

A sala de recursos não deve ser entendida como um ensino individualizado, no sentido de discriminar, evidenciando a diferença, mas sim como um espaço e tempo para favorecer possibilidades para o aluno, por meio de estratégias adequadas às necessidades, interagir melhor no cotidiano escolar.

O apoio ao professor diante da educação inclusiva também é uma estratégia prevista nas diretrizes nacionais, mas ainda pouco viabilizada, por questões políticas e econômicas. Pensar em espaço e tempo escolar, na atual situação educacional, traz à tona a constatação da necessidade de mudança no cotidiano, de investimento em mão de obra e recursos materiais. De mudança na forma de perceber a escola, os professores e os alunos.

Não há como esperar que o professor regente dê conta, sozinho, das necessidades apresentadas por seus "novos" alunos. Todos os esforços desenvolvidos para oferecer atenção personalizada aos alunos, a fim de dar respostas às suas necessidades individuais e diversas, indicam que os professores e escola precisam de tempo para rever suas práticas, precisam revisitar suas concepções sobre o que é ser aluno, o que é ensinar.

A atenção individualizada é fundamental para assegurar o respeito ao seu tempo diferenciado na realização das atividades, por exemplo. O fato de ter um olhar a mais durante as atividades organizadas em sala de aula, além do olhar da professora da turma, favorecem o processo de aprendizagem de ambas diante das questões provocadas pela própria prática pedagógica.

Uma escola pode ser um espaço inclusivo na medida em que minimizamos aspectos como o da desvalorização do aluno baseada na sua capacidade de aprendizagem e no seu rendimento escolar.

A intencionalidade educativa a que se propõe a escola atual, precisa ser pensada a partir da prática pedagógica, do trabalho na diversidade, das habilidades atitudinais, bem como das "crenças" daqueles que nela transitam, de modo que favoreça a organização de um projeto curricular que privilegie percepções sociais e a construção de identidades e conhecimentos, tanto de educandos quanto de professores. (CARVALHO, 2008).

É fato que a construção de um currículo para a educação inclusiva requer, quando necessário, eliminar, introduzir ou modificar algum objetivo, conteúdo ou atividade. Requer, também, priorizar certos conteúdos, de acordo com o processo de aprendizagem do aluno, bem como modificar o tempo previsto para atingir os objetivos propostos, além de planejar e executar adaptações nos instrumentos de avaliação.

Essas regulamentações estão apresentadas nos documentos oficiais da Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 2000). Entretanto, as modificações e adaptações previstas para a adequação do ensino às necessidades do aluno não significam empobrecer o currículo, mas considerar as diversidades existentes nas turmas, promovendo uma diferenciação positiva que propicie o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da inclusão observa-se que muito foi feito em relação à legislação e orientações normativas que regulam a educação, porém, muito ainda precisa ser feito na prática para que a educação inclusiva tenha qualidade e seja efetivamente consolidada.

Muitos são os desafios enfrentados diante dos alunos que necessitam de estrutura e qualificação dos educadores que estão diariamente enfrentando as dificuldades que aparecem no caminho. A realidade obriga os educadores à se qualificarem mas, muitas vezes, não é apenas disse que as crianças necessitam.

Especificamente os alunos autistas necessitam de apoio físico e emocional que, em meio a uma sala de aula lotada é indispensável um professor que esteja apenas com esses alunos. Nas séries inicias muitas cobranças estão em cima do professor que precisa ter o olhar atento às aprendizagens das crianças e às necessidades especificas de cada um.

Vale ressaltar que, muitas escolas já observam a necessidade de formação de toda a

equipe para que possam atender as crianças com qualidade, de acordo com as referências levantadas também foi possível observar como a escola pode transformar a vida de uma criança autista.

As vivencias de interação social e o vínculo criado pelas crianças podem oferecer oportunidades de desenvolvimento global para as crianças autistas mais do que qualquer terapia complementar, o equipamento humano é sempre mais enriquecedor e completo para qualquer ser humano.

Para que o aluno autista e todos os alunos desenvolvam suas habilidades, é necessário que a escola se adapte com uma estrutura escolar eficiente e com preparo profissional de todos que acompanham de perto o processo educativo. Como a criança autista tem dificuldades de socialização e comunicação, todos da escola precisam estar atentos as adequações necessárias para que as interações aconteçam.

Pode-se entender que, os desafios para a inclusão dos alunos autistas ainda são presentes nas escolas, porém, muito é feito dentro das escolas para conseguir dar conta de toda a demanda pedagógica pois, as crianças estão aí, e a inclusão precisa acontecer, não de qualquer forma, mas de forma que a escola seja um espaço acolhedor e de desenvolvimento para esses alunos e todos que apresentam qualquer tipo de especificidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1997.

_____. MEC/CNE. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CEB, 2001.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília:
MEC/SEF/SEESP, 2006.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: Intervenções Psicoeducacionais. São Paulo: Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, 2006.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (org.) Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. In Nova Escola, maio, 2005.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.